

Medidas para ativar a economia

por Claudia Safatle
de Brasília

O Ministério da Economia prepara medidas para recuperação do nível da atividade. Ontem a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, confirmou que está em fase de conclusão um projeto de equalização de taxa de juros para financiamentos de investimentos novos realizados por empresas privadas e anunciou, também, um programa de apoio à indústria da construção civil, como medida "anticíclica".

Sua intenção é utilizar o poder de compra do Estado — somando todas as verbas, para saneamento básico, habitação, conservação de rodovias e recuperação de hospitais — e elaborar um cronograma de liberação de recursos para alavancar uma recuperação da construção, "atenuando os efeitos da recessão".

Em contrapartida, as construtoras, reunidas em câmara setorial, se comprometeriam a baratear o custo das obras através de um uso padronizado de materiais, engajamento no programa de qualidade e produtividade, e, numa ação conjunta com o governo, reduziriam os custos administrativos. Ou seja, segundo Dorothea, reduzindo custos de cartórios e outras despesas com burocracia. Ela não dimensionou o volume de recursos que esse programa pode envolver. Acredita que chegue a algumas centenas de milhões de dólares. Na próxima sexta-feira a secretária deverá ter já em mãos o valor das verbas para esse programa. A iniciativa será desenvolvida em conjunto com o Ministério da Ação Social. Para tomar parte desse programa as empresas deverão estar absolutamente em dia com o fisco, assinalou.

"A retomada do crescimento pressupõe novos investimentos e o grande problema é a taxa de juros muito elevada", admitiu. Para contornar esse constrangimento dos altos custos financeiros das empresas privadas, a secretária de Economia sugeriu lançar títulos do Tesouro Nacional para promover uma equalização de taxas entre juros de mercado e um referencial que ainda está sendo escolhido, mas que deve ser o padrão dos juros no mercado internacional.

Os títulos emitidos seriam utilizados para o pagamento de impostos, quando o investimento entrasse em operação, ou fossem negociados no mercado secundário.